



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

***PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA***

O SILÊNCIO NOS ARQUIVOS

Fernanda Kieling Pedrazzi²²⁸

Resumo

Este trabalho se interessa por refletir sobre o real arquivístico e seus silenciamentos e apresenta três cenas pertinentes para a construção de uma tese em Linguística, no campo conhecido como Análise de Discurso, tal como é concebida na França e trabalhada hoje no Brasil. Tendo em conta os arquivos sobre a morte em acervos públicos, e a forma como ela é discursivizada, são apresentadas pesquisas com documentos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, como primeira cena (e parâmetro para as demais cenas); documentos do Arquivo Municipal de Vitória, no Espírito Santo, enquanto cena número dois; e um levantamento sobre a existência de documentos de interesse para a tese que foi realizado em nove municípios gaúchos, o que inclui a capital, Porto Alegre, como terceira cena e foco principal deste relato. A busca de informações a respeito do tema "discurso sobre a morte" trouxe à baila a discussão sobre a falta e o excesso nos arquivos e as formas de silêncio nestes espaços de memória. Conclui-se que, apesar de ser possível identificar faltas e excessos, também são observadas muitas faltas nos arquivos pesquisados, sendo que estas faltas, assim como em alguns casos também os excessos, são aqui entendidas como silêncios.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Arquivos públicos. Discurso. Morte. Silêncio nos arquivos.

SILENCIO EN ARCHIVOS

Resumen

Este trabajo está preocupado em reflejar la archivística actual y sus silencios, y presenta tres escenas relacionadas con la construcción de una tesis en la lingüística, en el campo conocido como el Análisis del Discurso, tal como se concibe en Francia y trabaja en el Brasil de hoy. Vistos los documentos sobre la muerte presente en los archivos públicos, y como la muerte es discursivizada, trabajos de investigación se presentan con el Archivo Histórico Municipal de Santa María, Rio Grande do Sul, en la primera escena (parámetro para las otras escenas); documentos del Archivo Municipal de Vitória, en Espírito Santo, mientras que la escena número dos; y un estudio sobre la existencia de los documentos pertinentes a la tesis que se llevó a cabo en nueve ciudades gaúchas, que incluye la capital, Porto Alegre, como una tercera etapa y el núcleo principal de este informe. La búsqueda de información sobre el tema "el discurso sobre la muerte" trajo el debate acerca de la falta y el exceso en los archivos y las maneras de silenciar a estos espacios de memoria. Llegamos a la conclusión de que, si bien es posible identificar faltas y excesos, demasiadas faltas se observan en los archivos investigados, y estas faltas, así como en algunos casos también excesos, están aquí entendidas como silencios.

Palabras clave: Análisis del Discurso. Archivos públicos. Discurso. Muerte. Silencio en los archivos.

1. Introdução

Nas reflexões que vão transcorrer ao longo deste relato, entende-se que o arquivo com "a" maiúsculo é o arquivo enquanto instituição, parte de uma superestrutura social, considerando as ideias de Marx. Já o arquivo tomado por Pêcheux enquanto "documentos pertinentes" (2010) utilizados para um determinado

²²⁸ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. Professora do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: Fernanda.pedrazzi@gmail.com.

fim, e resultantes de um exercício social, são, de um outro lado, parte da infraestrutura, por estar ligado ao fazer das pessoas, enquanto produção intelectual nas atividades realizadas no espaço social. Pêcheux utiliza “pressupostos marxistas” na sua concepção de “relações entre os agentes e os bens de produção, quer sejam materiais ou simbólicos” tendo o objeto discursivo relação com a sua exterioridade, sendo esta uma exterioridade “histórica que estaria pautada, notadamente, em fundamentos marxistas, compreendidas aí as condições históricas de produção dos discursos, suas relações de causalidade, de determinação, bem como seu funcionamento dialético. (ZANDWAISS, 2012, p. 47)

“O silêncio significa de múltiplas maneiras e é o objeto de reflexão de teorias distintas”, afirma Orlandi (2013, p. 42). Silêncio e Arquivo, por sua vez, são “velhos amigos”. Em muito sentidos. O silêncio físico, em espaços de pesquisa e memória, é sempre o ideal, não há dúvida disso. Não é possível trabalhar com acervos documentais, por exemplo, em meio ao ruído. A concentração para executar esta tarefa, este trabalho, tanto no tratamento quanto na consulta, necessita de silêncio. Porém não é só este o tipo de silêncio que se encontra num Arquivo. Silencia-se, em muitos casos, a memória.

A pergunta que se faz presente neste relato é “De que forma silencia-se a memória, considerando um espaço de arquivo?”. Para respondê-la optou-se por considerar três cenas. Elas foram tomadas a partir da reunião de material para formar o corpus de análise de uma tese em linguística que trabalha com as ideias de Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso de linha francesa.

Buscando analisar a forma como a morte é discursivizada em documentos que, independente da tipologia, sejam mantidos nos acervos de instituições municipais de memória, são apresentados os resultados das pesquisas na fase de constituição do arquivo de tese.

A primeira cena que será exposta no desenvolvimento deste relato traz uma breve descrição do conjunto de documentos sobre a morte preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul sendo estes documentos (datados de 1896), aqueles tomados como parâmetro para a reunião das demais realidades que se constituem na segunda e terceira cenas.

A segunda cena apresenta uma doação de documentos que trazem o discurso sobre a morte em 1896 em outro espaço geográfico, distante pelo menos

dois mil quilômetros, num movimento que vai do Arquivo Municipal de Vitória, no Espírito Santo, para o Arquivo do Estado do Espírito Santo.

A terceira cena traz um levantamento sobre a existência de documentos sobre a morte em arquivos de nove municípios gaúchos, o que inclui a capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Esta cena é detalhada por envolver mais arquivos e com menos sucesso nas buscas, sendo, portanto, o principal destaque deste relato.

A partir da descrição e análise de cada cena são agregadas informações a respeito do tema "discurso sobre a morte" e tipologias documentais a respeito deste universo de pesquisa. Por fim, é importante salientar que nesse processo de pesquisa foram mobilizadas as noções de falta e o excesso nos Arquivos. Na Análise de Discurso a falta e o excesso são conceitos que são interpretados, com o estranhamento, nas dimensões do "intradiscurso (materialidade discursiva) e a do interdiscurso (memória discursiva), uma vez que a AD trabalha um objeto inscrito na relação da língua com a história" (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 4). No caso da falta do excesso nos Arquivos, fazemos uma correlação com as formas de silêncio nos espaços de memória aqui considerados.

2. Desenvolvimento

Frente à temática *morte*, e levando em conta a questão do "discurso sobre a morte" e suas formas de registro, refletia-se sobre como é feita a escolha de um nome para um documento sobre a morte que circule no âmbito municipal. Que nomenclatura o documento deve receber para que seja recuperado não só o registro como a informação? É inquestionável que para que se chegue ao documento e à informação é necessário um trabalho de arquivo, de gestão, de tratamento arquivístico.

Na arquivística, o nomear um documento é chamado de designar a Tipologia. A tipologia, ou Tipo Documental, como no espanhol, nada mais é que o nome de uma espécie (como, por exemplo, atestado, certidão, certificado) reunida com uma palavra que nomeia ao que esta espécie está relacionada, ou seja, a função a qual se destina a produção do documento.

Podemos ter, a respeito da morte, diversos tipos de registros que resultariam em um documento, tais como o Atestado de Óbito, a Certidão de Óbito, o Certificado de Óbito. Eles têm sua tipologia definida pelas funções específicas cumprem enquanto documentos utilizáveis na administração pública ou na vida pessoal a que está relacionado. O óbito, neste caso, é o acontecimento que gera o registro, que movimenta o discurso sobre a morte. A seguir são apresentadas informações sobre os documentos sobre a morte em três cenas, cenas estas eleitas para ilustrar o silêncio nos arquivos.

Cena 1: Santa Maria, RS

Os documentos sobre a morte aqui considerados foram preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e fazem parte de um fundo denominado Fundo Intendência Municipal. Fundo, de acordo com Rousseau e Couture (1994, p. 90) “é agrupamento intelectual de informações registradas em suportes de toda espécie que estão, a maior parte das vezes, material e fisicamente dispersas” e afirmam que representa, “em última análise, a unidade fundamental na qual vão se fixar as unidades de trabalho (...) e as funções arquivísticas” (idem, p. 92).

Esses documentos, do Tomo 13, foram descritos e digitalizados em projetos consecutivos de tratamento documental realizados junto ao Arquivo com o apoio de professores e acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pelo grau de tratamento despendido, e tendo em vista o interesse e disponibilidade do acervo, este conjunto foi escolhido para compor o *Conjunto 1* a ser analisado na tese em construção. Além deste, havia ainda livros de registros de óbito²²⁹ no Fundo Câmara Municipal (Caixa 1 – 1838-1893) e no Fundo Prefeitura Municipal (Caixa 82 – 1936-1938 e Caixa 103 – 1939-1945), porém ainda não descritos e digitalizados.

Outros trabalhos científicos, da mesma autora, já foram produzidos no sentido de debruçar-se sobre a análise dos documentos, portanto este não é o foco deste relato. De modo geral é possível identificá-los como: 86 manuscritos em bom estado de conservação, encadernados em um tomo, com um conteúdo relacionado à morte no sentido de atestar a morte para sepultamento no cemitério municipal.

²²⁹ DANIÉLE XAVIER CALIL. **Livro de registro de óbitos**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 06 set. 2012.

São documentos que referem mortes que ocorreram em seis meses do ano de 1896 (apresentados na encadernação em desordem cronológica). Os meses são Dezembro, Fevereiro, Abril, Março, Maio e Janeiro.

Quanto aos mortos eles são na maioria homens (45), 40 mulheres além de um falecido sem identificação. Destas pessoas, 25 não têm cor identificada, 36 são brancas, cinco pretas e 18 são identificadas como pardas, mulata e cor morena. Há ainda o que é referido como “indiático”, em número de dois.

O grupo é formado por 41 crianças, seis não possuem identificação de idade, três nasceram mortos e os demais 36 possuem idade acima dos 10 anos. Pode verificar de forma imediata o grande número de crianças com até um ano, em um total de 30, que faleceram naquele ano de 1896 em Santa Maria. Também é visível que acima de 70 anos apenas duas pessoas morreram, denotando uma baixa expectativa de vida para época.

Com relação as doenças que geraram as mortes, ao todo foram observadas 45 doenças diferentes que levaram à morte. Em 22 documentos não foram designadas doenças como causa da morte e em oito deles a morte foi descrita como natural. Há uma prevalência de uso de outra língua que não o português para identificar as moléstias. As doenças que mais se repetem são: Bronchite Capillar, Gastro Enterite e Tuberculose Pulmonar, cada uma delas aparecendo quatro vezes no grupo.

Quanto à quem os assina: 56 documentos, a maioria, é assinado por médico (nove diferentes profissionais); entre as autoridades há ainda Delegado de polícia; Tenente e alferes da Brigada Militar (juntos); Intendente (Vale Machado), e os demais documentos são assinados por outros cidadãos (podendo ser de duas ou até cinco pessoas), ou seja, por aqueles que não tem uma autoridade identificada (em número de 57 pessoas diferentes).

Do conjunto, 81 dos 86 documentos possuem despacho da intendência justamente por ser de autoria do próprio intendente Francisco de Abreu Vale Machado (*Sepulte-se, Sepulte-se grátis*, entre outros semelhantes).

Cena 2: Vitória, ES

Buscando encontrar um meio de compreender o designar da tipologia sobre morte que circula no arquivo público, foi feita uma análise de um outro conjunto de documentos sobre a morte do mesmo ano que o *Conjunto 1* já descrito.

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APES) adquiriu, por doação, um conjunto de documentos relacionados a óbito advindos do Arquivo Municipal de Vitória, capital daquele Estado. É importante frisar que um documento de arquivo, especialmente quando já se encontra em um arquivo definitivo ou de terceira idade, levando em conta o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades, tem um papel de testemunho “visto que eles recordam de maneira objectiva e autêntica as actividades de uma pessoa física ou de moral” (ROUSSEAU e COUTURE, 1994, p. 122).

Para compreender o novo conjunto de documentos, foi preciso compreender antes a produção documental e a destinação que tiveram tais documentos passados à tutela do governo estadual. É importante lembrar que os documentos sobre a morte apresentados na cena 1 são referentes a um município de interior. Apesar de ser um grande conjunto doado, são considerados neste trabalho apenas os documentos do mesmo ano do arquivo de Santa Maria, 1896, já referidos como o parâmetro.

A jornalista que redigiu a notícia da doação na página do APES designa como *Atestado de óbito* ao longo da notícia. “A instituição recebeu para guarda e preservação 27 caixas com estes documentos, do período de 1896 a 1928, provenientes do Arquivo Público Municipal” (SCOLFORO, 2013, s/p). A redatora da notícia, Jória Motta Scolforo, esclareceu que a matéria foi postada no *site* do Arquivo Público do Estado no dia seis de dezembro de 2013 sendo que as informações foram repassadas a ela “pelo historiador do Arquivo Público, Michel Caldeira, responsável pelo atendimento ao público na sala de consultas”²³⁰. Ela complementa dizendo que também utilizou referências de suas pesquisas, tendo em vista que no mestrado analisou as notícias de falecimento nos jornais do século XIX.

Quando perguntada sobre por qual motivo utiliza *Atestado de óbito* para designar o tipo documental, Jória informa que a “tipologia adotada foi uma opção minha com base no conteúdo do documento, mas considero que podem surgir dúvidas quanto ao termo correto, uma vez que também poderia ter utilizado ‘certidão’”.

Em visita ao APES em 24 de fevereiro de 2014, recorreu-se ao Coordenador de atendimento e pesquisador do Arquivo, Michel Caldeira de Souza e à arquivista

²³⁰ JÓRIA MOTTA SCOLFORO. **Sobre postagem de notícia na página do APE.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 11. mar. 2014.

da mesma Instituição, Viviane Vieira Vasconcelos, na tentativa de compreender o conteúdo do arquivo doado. Na oportunidade, pode-se ter contato com a caixa de número 1 do referido conjunto adquirido por doação pelo Arquivo, no qual foi observada uma outra designação de tipologia: *Certidão de óbito*.

O espelho (etiqueta afixada no invólucro) contém as informações que permitem a identificação da(s) unidade(s) de arquivamento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 86). O acervo é originário da “Semurb”, ou seja, Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Vitória. Segundo os entrevistados, Michel e Viviane, o conjunto adquirido por doação é formado, na verdade, por 28 caixas de documentos do período já referido.

Os documentos do conjunto 2 são em número de 14, apenas dos meses de março e maio daquele ano. Eles estão preservados na Caixa 1 juntamente com os anos subsequentes. Os documentos estão em bom estado, sendo preservados individualmente, peça a peça, por um invólucro de tamanho maior que o documento. Alguns documentos contêm cola ou marcas em sua borda maior do lado esquerdo, indicando terem sido encadernados em algum momento e posteriormente desmembrados para a preservação. Os funcionários do Arquivo do Estado desconhecem o uso de encadernação.

No conjunto há o registro do óbito de 11 homens e três mulheres; um não possui identificação de onde é natural; sete são brasileiros (sendo que quatro são do Espírito Santo, dois da Bahia e um de Sergipe).

Com relação à idade, dos 14 óbitos que têm registro no Arquivo, dois são de crianças (de sete meses e de três anos), cinco pessoas tinham entre 20 e 29 anos, dois estavam na faixa dos 30 anos, dois na faixa dos 40, dois na faixa dos 50 e um com setenta e cinco anos na data de morte.

Acima do texto principal, em todos os 14 documentos, há um despacho que varia o texto porém é assinado pelo Subdelegado da cidade/capital, C. Correa de Jesus. Na maioria dos casos, em pelo menos 10 deles, há apenas um “Visto” enquanto que nos outros quatro há o registro de uma ordem “Sepulte-se”.

Todos os documentos são feitos a partir de um formulário, ou seja, de um documento previamente pensado para reunir as informações necessárias para a identificação do óbito. Por dedução, para o preenchimento correto do formulário era preciso: a) um modelo; ou, b) prática/experiência na atividade pois alguns espaços

não poderiam ser completados sem uma direção, por serem ambíguas as possibilidades.

Uma informação que se verificou faltante, em relação ao conjunto de Santa Maria, é a cor do falecido. Nos documentos de Vitória esta informação não aparece em nenhum dos 14 documentos enquanto que em Santa Maria está presente em quase todos os documentos (em número de 86).

Pelo fato de o acervo ter sido doado pelo Arquivo Público Municipal (APM) foi realizada uma visita ao local na qual o servidor da Prefeitura de Vitória, ES, Everton Silva Nicolau, esclareceu a motivação da mudança do acervo de um Arquivo para outro. Ele faz parte da Comissão Central de Avaliação de Documentos da Prefeitura e participou das reuniões que tiveram como desfecho a doação. Segundo ele, a partir das reuniões definiu-se que não se ia trabalhar mais com este tipo de acervo. A motivação foi o fato de que o Arquivo praticamente só atendia, diariamente, este tipo de solicitação, a de documentos de óbito. A busca por tais documentos devia-se ao fato de utilizá-los em processos que diziam respeito a bens e crimes. Alguns servidores do Arquivo sentiam-se ameaçados por pessoas por não entregar o documento e não ceder à pressão para que o mesmo fosse eliminado. Everton esclarece que muitas pessoas iam até ao Arquivo e não ao Cartório pois este cobrava para emitir uma cópia.

O servidor esclarece que dentro do Arquivo, o conjunto referente aos óbitos estava guardado na Série Necrópolis (por haver mais de um cemitério), e dentro desta Série, localizados na Subsérie Certidão de óbitos, e que os documentos teriam de ser preservados apenas por seis anos no Arquivo Corrente e depois deveriam ser eliminados. Como o Arquivo do Estado somente se interessou em receber a parte do acervo que vai de 1896 a 1929, em função da questão étnica, e de estudos de migração e de famílias, os documentos de 1930 em diante ainda restam preservados nos depósitos do Arquivo Municipal, aguardando serem eliminados.

A Certidão era retida pelo poder público para que pudesse fazer o registro na Administração porém, ao invés de eliminar após seis anos de arquivamento corrente, conforme recomenda a Tabela de Temporalidade de Documentos vigente na Prefeitura, os cemitérios a recolhiam para o Arquivo. Assim, o Arquivo passou a guardar estes registros, sem poder eliminá-los por fazerem parte do Acervo Permanente.

Análise da comparação entre as cenas 1 e 2

Comparativamente, levando em conta a questão do silêncio nos arquivos, é possível identificar que, quantitativamente, enquanto um município de interior do Rio Grande do Sul tinha como resultado de uma ação administrativa um total de 86 documentos de tipologia Atestado de óbito, a capital do estado do Espírito Santo reuniu e manteve em seu acervo apenas 14 documentos de tipologia Certificado de óbito (segundo a identificação original nas caixas).

Qualitativamente, a diferenças sensíveis no conteúdo que foi redigido nos documentos, sendo que no caso da cidade gaúcha não há um molde, um formulário, o que possibilita silêncios a respeito de dados importantes como a filiação e a naturalidade, e excessos, como a descrição pormenorizada de ferimentos que levaram à morte. Por outro lado, mesmo com o formulário, um meio de regradar, controlar o escrito, silenciou-se a cor dos mortos do ES.

De modo especial há que se destacar que houve um movimento de silenciamento empreendido pelo arquivo público municipal, amenizado pela tentativa, e obtenção, de repassar o acervo e questão a outra instituição pública situada na mesma cidade, porém de esfera estadual. Esta ação foi discutida em nível e Comissão de Avaliação da Prefeitura, obtendo-se êxito apenas para uma parcela da documentação (aquela que foi identificada como de interesse para pesquisas específicas).

Cena 3 – Outras cidades do RS

Depois de circular em outro espaço geográfico brasileiro, devido à doação que se tomou conhecimento envolvendo um arquivo público municipal e outro estadual, buscou-se aproximar a pesquisa com a realidade do Estado do Rio Grande do Sul, imaginando um excesso, uma saturação, tendo em vista o grande conjunto encontrado no Espírito Santo. No entanto não foi o que se apurou com um levantamento realizado nos meses de maio e junho de 2014.

Para a formação do conjunto 3 optou-se trilhar dois caminhos: o primeiro, relacionando o que existia na cidade de Porto Alegre, capital do Estado; e segundo, relacionando com outros municípios de interior do Estado que tivessem porte semelhante ao de Santa Maria em 1896 (conjunto 1).

A definição das cidades utilizou dados dos Censos de 1890 e 1900, os últimos realizados no Estado antes do final do século XIX. Para tanto, foi consultado o livro

“De província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS: 1803 - 1950”²³¹ sendo necessário estudar e interpretar os dados apresentados nos dois recenseamentos.

Em 1890 a população do Estado era de 897.455 pessoas e já havia 63 municípios sendo que apenas quatro tinha mais de 25 mil habitantes. Santa Maria era a quarta cidade mais populosa, com 25.207 habitantes, atrás apenas de Porto Alegre (52.421); Pelotas (41.591); e Bento Gonçalves (27.276).

No ano de 1900, de acordo com o censo, o Rio Grande do Sul tinha uma população total de 1.149.070 habitantes e 69 municípios. Com as redistribuições da população, as dez cidades que tinham mais de 25 mil habitantes eram: Porto Alegre (73.674), criada em 1808; Pelotas (44.881), criada em 1830; Cachoeira (32.510), criada em 1819; Lajeado (30.708), criada em 1891; Santa Maria (30.185), criada em 1857; Rio Grande (29.492), criada em 1809; Bagé (28.956), criada em 1846; São Leopoldo (28.812), criada em 1846; Montenegro (27.894), criada em 1873; e Taquara (27.146), criada em 1886. Assim, tomou-se por critério considerar as cidades gaúchas que possuíam mais de 25 mil habitantes em 1900 e que já existiam no ano de 1896, excluindo Porto Alegre (a capital) e Santa Maria, que é a baliza da pesquisa.

Arquivos da Capital

Porto Alegre, quando ainda era São Francisco do Porto dos Casais, mesmo não sendo uma vila instalada oficialmente, se tornou capital do Estado em 1773. Antes disso, o governo esteve em Rio Grande, primeira vila de São Pedro, desde 1747, e depois Nossa Senhora da Conceição do Viamão, em 1763 (FORTES & WAGNER, 1963). “A vila de Pôrto Alegre (sic), porém, só foi criada em 1808, tendo sido confirmada em 1809 com a complementação dos requisitos legais indispensáveis à sua instalação” (FORTES & WAGNER, 1963, p. 10). Neste mesmo ano foram criadas ainda as vilas de Rio Grande (que anteriormente havia sido ocupada pelos espanhóis e depois recuperada), Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

A capital do Estado, portanto, poderia possuir documentos em arquivos administrativos desde, pelo menos, 1808 enquanto era vila. Em 1822, quando

²³¹ Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140325de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>> Acesso em: 22 maio 2014.

aconteceu a independência do Brasil de Portugal, foi elevada à categoria de cidade e ainda figurava como capital da Província de São Pedro. Com a proclamação da República, em 1889, se manteve a capital em Porto Alegre, tendo como primeiro governante o Visconde de Pelotas.

Com relação ao arquivo de Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de maio de 2014 foi feito um contato com o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho através de Maria Tereza Zatti, responsável pelo setor de atendimento, e Osmar Rodigheri, responsável pelo setor de cartografia e colaborador no atendimento, ambos servidores públicos, técnicos em cultura do Arquivo.

O Moysés Vellinho é considerado “a mais importante fonte de pesquisa sobre a cidade [de Porto Alegre]”, conforme página da Prefeitura de Porto Alegre na Internet²³². Aos servidores, que estão vinculados à Prefeitura através da Secretaria da Cultura²³³, foram solicitadas informações sobre o acervo documental de Porto Alegre preservado naquela Instituição referente a documentos ou registros sobre óbitos de 1896. Após pesquisa, os servidores não encontraram nenhum registro referente à óbito no Arquivo do município de Porto Alegre no ano de 1896, somente posterior a esta data, e a partir do ano de 1898 em livros de registro dos cemitérios Tristeza e São João. Nada foi localizado nem no fundo Intendência ou sub-intendência. Caso o interesse fosse pela informação, os servidores sugeriram a busca de informações em outros arquivos da cidade, como o Arquivo da Cúria Metropolitana e no Centro Histórico Cultural da Santa Casa.

Municípios de interior

Geograficamente, a distribuição dos municípios de interior em que se realizou a pesquisa concentra-se na faixa central do Estado em sua maioria, em direção à Porto Alegre, e no sul do Estado (três municípios). Dessa forma ficam de fora desta pesquisa toda a região Norte, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul, pelo fator *população*.

A pesquisa foi realizada considerando a existência de Arquivos Municipais nas cidades de Pelotas, Cachoeira do Sul, Lajeado, Rio Grande, Bagé, São Leopoldo, Montenegro e Taquara. Não foi desconsiderada a possibilidade de haver outros

²³² Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=10&p_secao=19>. Acesso em: 21 maio 2014.

²³³ Blog AHPAMV. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em 22 maio 2014.

espaços de guarda de documentos nos municípios. O *site* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) foi consultado para saber da existência de Arquivos nestes municípios, uma vez que é referência em arquivos públicos. Dos oito municípios são indicados pelo APERS apenas Bagé e Cachoeira do Sul.

Em contato com o Sistema de Arquivos do Estado junto ao APERS, com Renata Vasconcelos, em 22 de maio de 2014, a servidora sugeriu o contato direto com os municípios pois, segundo ela, existem novos arquivos em alguns municípios gaúchos e arquivos que já não estão mais funcionando. Ela sugeriu a busca por contato com os municípios através da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, a FAMURS, que tem um *mailing* das prefeituras do Estado (497 municípios).

A partir da página da FAMURS na Internet, obtiveram-se os telefones das oito prefeituras e realizou-se contato inicial no dia 23 de maio de 2014 para acessar seus Arquivos. Os arquivos de Pelotas e Cachoeira descartaram a existência de acervos de 1896. Os arquivos de São Leopoldo, Bagé, Rio Grande, Montenegro, Lajeado e Taquara foram contatados também por meio de mensagem eletrônica, a pedido de seus servidores para que recebessem, por escrito, a solicitação e providenciassem a busca aos documentos. A introdução da solicitação esclarecia o interesse. “(...) gostaria de saber se em vosso Arquivo, ligado a sua Prefeitura, existem documentos ou outros registros sobre óbitos do ano de 1896”. Com a falta de retorno, novos contatos foram feitos entre 27 de maio e 09 de junho com vistas a obter resposta.

Em 27 de maio o Arquivo de Rio Grande informou que, após verificar o acervo, “infelizmente não localizamos documentos ou outros registros de óbitos”²³⁴. Em dois de junho o Arquivo de São Leopoldo, informou que “Infelizmente não temos óbitos desse período, apenas do ano de 1906 e 1907!”²³⁵ e retornou em data posterior para explicar que os documentos que possuem de outras datas são Guias municipais de sepultamentos e livros de registro de cartório. Em dia nove de junho houve a confirmação do Arquivo de Bagé que fez buscas mas que não há também acervo de 1896 sobre óbitos, havendo algo somente do século XX. Na mesma data a servidora do Arquivo Histórico de Montenegro foi contatada e quinze dias depois disse que não foram encontrados registros sobre óbitos no ano de 1896. Em e-mail

²³⁴ TIELE PADILHA. **Dúvida sobre acervo.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 27 maio 2014.

²³⁵ MARCIO LINK. **Dúvida sobre acervo.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 02 jun. 2014.

de 27 de junho²³⁶, disse: “Esgotamos todos os meios de pesquisa para encontrar óbitos do ano de 1896”, sugerindo procurar, caso o interesse fosse pela informação, o Cartório Mezzari e o *site Familysearch*.

Em nove de junho foram contatados novamente os Arquivos de Taquara e Lajeado. Em Lajeado a responsável pela pesquisa do Arquivo informou, por e-mail²³⁷ que somente existem documentos sobre óbito posterior a 1908 e até o ano de 1946 e “um códice de Registro de Sepultamento (cemitério municipal) – 1916/1933”.

Em Taquara foi feito um contato com o diretor de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura, pois no *site* da Prefeitura havia a referência da existência de uma Divisão de Arquivo Histórico. Por telefone o diretor disse que “não se pode chamar o local de arquivo” e que o mesmo está sendo reformado. Segundo Paulo, em contato posterior, não foram encontradas ainda referências sobre este ano de 1896 em documentos de óbito. Foi solicitado mais um tempo para fazer buscas, o que não foi retornado até o final da primeira quinzena de julho de 2014.

Na Tabela 1 é feito um resumo das informações obtidas sobre documentos de óbito de 1896 nas onze instituições de memória dos oito municípios do interior contatados.

TABELA 1 - Contato com arquivos e instituições de memória do interior do Rio Grande do Sul

Município/Fone	Tipo de local	Documentos
Pelotas	Arquivo Geral	Somente fichas funcionais e mais recentes. É o único Arquivo.
Cachoeira do Sul	Arquivo Histórico Municipal	Não tem documentos desta data. Sugere outros locais que não são do município (Mitra, Igreja até 1870).
Lajeado	Arquivo Geral Arquivo Histórico Municipal de Lajeado	Somente funcionais e de trânsito e partir de 1949. Documentos referentes à óbito apenas posterior à 1908.
Rio Grande	Arquivo Geral	Não há documentos. Sugere outros locais de pesquisa que não o município (FURG e Mitra).

²³⁶ MARIA DA GLÓRIA ESSWEIN. **Documentos sobre óbitos 1896**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 27 jun. 2014.

²³⁷ ADRIANA JACHETTI. **Documentos óbito 1896**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 10 jun. 2014.

Bagé	Arquivo Público	Não há documentos. Somente de anos posteriores.
São Leopoldo	Museu Histórico	Não há documentos. Somente guias e livros de 1906 e 1907.
Montenegro	Arquivo Geral Arquivo Histórico Municipal	Não há documentos. Não documentos do período requerido.
Taquara	Biblioteca Divisão de Arquivo Histórico da Sec. Educação e Cultura	Não tem conhecimento de Arquivo no município Não respondeu até o final da primeira quinzena de julho.

Fonte: elaborado pela autora

Importante destacar que nos municípios de interior pesquisados não há documentos apenas em arquivos e que alguns deles possuem dois espaços de memória, um deles ligado ao setor administrativo, constituindo-se no seu “Arquivo geral” ou apenas “Arquivo” e o outro ao setor cultural, sendo, nestes casos, utilizados para guarda de documentos tanto o “Arquivo histórico” como o museu e a biblioteca municipal. Outra informação obtida é que estes espaços têm a sua frente, em sua maioria, pessoas de outra formação que não Arquivologia, tais como professores e historiadores.

Através dos relatos, especialmente aqueles ao telefone, nota-se que, na maioria dos casos, os arquivos não possuem instrumentos de pesquisa e que o seus acervos não estão organizados de modo a facilitar a busca de informações o que implica em perda de tempo para a consulta sobre a existência de determinado tipo documental. A falta de arquivista pode explicar, em parte, esta situação.

Uma análise da Cena 3

Com esta pesquisa exploratória direcionada para a tese notou-se que há, em alguns casos, falta de documentos, pois em grande parte dos municípios contatados havia apenas informações mais recentes guardadas muito embora estes municípios tenham pelo menos 130 anos de história e com um bom porte frente a outros do Estado. Desta forma há um Conjunto 3 vazio, uma vez que não há documentos a serem investigados e descritos. Assim, questiona-se se é, mesmo de longe, possível que o cenário do Rio Grande do Sul de hoje tenha alguma semelhança com o da

França dos anos de 1970 e 1980 em que se falava de um excesso de arquivo, conforme Pêcheux, uma vez que nota-se que muito foi descartado, talvez sem haver um critério. O vazio, neste caso, é o silêncio por si só.

Se Pêcheux (2010 [1994], p. 49) defende “um acesso realmente fecundo” baseado em uma pesquisa multidisciplinar, que em sua visão é “indispensável”, então precisamos, antes de tudo, ter o arquivo, não só a instituição mas os documentos onde pesquisar, onde proceder a leitura de que fala. Sem eles, sem um arquivo textual de que nos fala Pêcheux (2010 [1994], p. 49) como acessar? Acessar o que? Como construirão os pesquisadores, “o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2010 [1994], p. 50) se não há um ponto de partida? A partir de que farão a sua “leitura”? Observa-se, ao contrário, um silêncio.

Se, na visão de Pêcheux (2010 [1994], p. 51), arquivo é “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” essa disponibilidade será tanto mais restrita quanto mais desorganizada e menos criteriosa for um descarte documental. Ao mesmo tempo, ao tornar excluído um documento, um arquivo municipal faz a sua leitura, enquanto instituição, que desconsidera aquele que fez o trabalho anônimo, em nome da instituição, e que “impõe ao sujeito-leitor o seu apagamento atrás da instituição que o emprega”. Assim, se não for um arquivista, se for um pedagogo, um historiador, ou ainda um sujeito dotado de uma Função gratificada, e que pode até não ter estudo, pouco importa pois haverá um apagamento desse processo com os anos, só restará o nome do arquivo, da prefeitura, no caso deste estudo, uma vez que se está “ao serviço de” (PÊCHEUX, 2010 [1994], p. 52).

CONCLUSÃO

O percurso de uma tese passa por um repensar constante. Refletindo sobre a trajetória de pesquisa para compor um novo arquivo, mais amplo, que considerasse o nome que se dá ao documento que é preservado em um arquivo público municipal que verse sobre a morte, e tendo em vista as dificuldades encontradas para achar documentos do ano de 1896, observa-se que se visualizam diferentes “formas do silêncio” nos arquivos, levando em conta os estudos de Orlandi (2007).

Este relato trouxe os caminhos perseguidos na constituição de um arquivo de tese e houve, em todas as etapas, a preocupação com a fidelidade aos resultados obtidos. Com relação à pergunta inicial, ou seja, de que silêncios estamos nos referindo quando falamos em arquivos, ou, ainda, como é silenciada a memória em um espaço de arquivo, nota-se poder existir possibilidades de silêncio que vão da instituição, de manter uma memória e fazer essa circular. Com base no conhecimento da pesquisa, consideram-se no mínimo estas que seguem:

1º não haver instituição;

2º haver instituição e não haver documentos;

3º haver instituição, haver documentos mas não preservá-los;

4º haver instituição, haver documentos, preservá-los mas não tratá-los arquivisticamente;

5º haver instituição, haver documentos, preservá-los, tratá-los mas não dar acesso;

6º haver instituição, haver documentos, preservá-los, tratá-los, dar acesso mas não haver interesse de pesquisa;

7º haver instituição, haver documentos, preservá-los, trata-los, dar acesso, haver interesse de pesquisa, mas não observar o silêncio enquanto constitutivo do “dizer e não-dizer” (ORLANDI, 2013 [2007]) na produção de sentidos;

8º haver instituição, haver documentos, preservá-los, trata-los, dar acesso, haver interesse de pesquisa, considerar o silêncio no sentido do que se lê no documento (PÊCHEUX, 2010 [1994]) mas não difundir seus resultados e fazer circular a produção sobre a informação documental.

A partir desse levantamento, nota-se uma sequência, interdependente, numa cadeia de passos, que impedem que o discurso e o silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007), prevaleçam enquanto possibilidade. Esses oito passos dependem de sujeitos diferentes ou, ainda, podem estar ligados a apenas um sujeito, que intervenha em toda a cadeia, que pode ser o próprio arquivista, que formado para tratar o acervo, pode atuar em todas as etapas enumeradas. Parece evidente pensar que há um componente econômico mas especialmente político nessa cadeia, que interfere diretamente naquilo que se tem como reserva documental.

Há de se considerar, no entanto, que sem o registro não é possível a cadeia. A produção documental é uma condição *sine qua non*, ou seja, indispensável, para que toda essa cadeia aconteça. O jogo do discurso com o silêncio só será mediante a existência de haver um mínimo de registro de palavra.

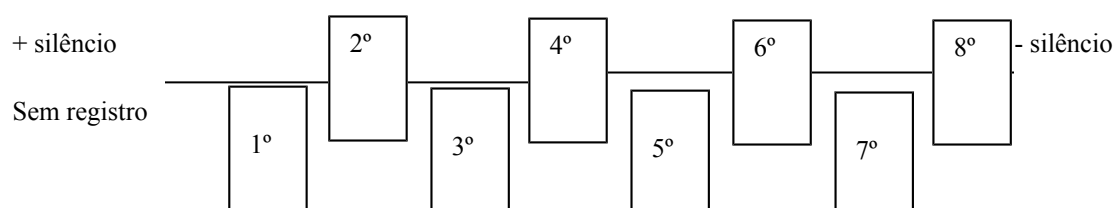
Do ponto de vista da instituição, há uma ressalva de que aqui se idealiza o arquivo como sendo o local para se manter acervos documentais arquivísticos, porém a pesquisa pelos municípios de interior e da capital nos mostra que outros espaços de memória se apresentam como possibilidade como o centro de educação, a biblioteca e o museu.

Ainda que exista um arquivo, ele efetivamente pode não funcionar. Por outro lado, pode haver o arquivo, ele funcionar e não haver servidores, numa perspectiva de arquivo público, capazes de dar ao acervo uma possibilidade de ser pesquisado, acessado. Também pode haver a colaboração de pessoas capacitadas, por sua formação, mas não haver boa vontade, dedicação, interesse. Para isso é necessário um planejamento e a realização de projetos e metas bem como ter presentes pessoas que estejam preparadas para olhar os acervos de modo a lê-los em suas muitas facetas.

Orlandi (2013 [2007], p. 35) acredita que há “na relação com a linguagem, uma progressão histórica do silêncio para a verbalização”, aparecendo, em seu texto, uma fórmula para situar o discurso entre mais e menos silêncio. De igual modo, em se tratando de silêncio do arquivo, a cada passo, dos oito anteriormente citados, um pouco mais se aproxima do - *silêncio*. Assim, considera-se que o máximo de silêncio seria não haver o registro, seguido de não haver o espaço de memória, enquanto superestrutura necessária, e de todos os sete passos seguintes.

A Figura 1 reproduz a linha de silêncio, pensada por Orlandi (2013 [2007], p.36), no entanto considera a sequência da cadeia de silêncio nos arquivos neste trabalho apresentada.

FIGURA 1 – Os passos do silêncio nos arquivos



Fonte: elaborado pela autora

A Figura 1 representa o “decréscimo” da possibilidade do silêncio à medida que se tem condições de encontrar e trabalhar o registro pela palavra e pelo silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007). Ainda assim, outros tipos de silêncios, enquanto silenciamento, são verificáveis no arquivo instituição. Uma vez que quem normatiza a relação com o documento é o sujeito social, atravessado pela ideologia, há que se considerar as interdições, como os níveis de sigilo aplicados, e os descartes documentais, enquanto fruto da avaliação de documentos, uma prática arquivística. Ao que é possibilitado ser excluído, instaura-se um silêncio no arquivo.

Longe de defender um excesso discursivo ou do sentido, considerando o silêncio constitutivo, a tese defendida aqui, diante dos silêncios verificados nas três cenas descritas, é de trabalhar pelo menor silêncio nos arquivos (incluindo as interdições especificamente políticas) e, por conseguinte, no social, para que os registros sejam feitos, os documentos tenham seu lugar e sejam mantidos e para que o acesso seja dado considerando o jogo do dito e do não-dito. Com isso espera-se defender também a preservação e divulgação da memória social, elemento essencial para pensar o histórico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (4.:2009:Porto Alegre, RS) **Anais do IV SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] Porto Alegre : UFRGS , 2009. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html> > Acesso em: 05 jun. 2014.

FORTES, Amyr Borges. WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secret. do RS, 1963.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013 [2007].

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010c [1994].

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1994.

ZANDWAIS, Ana. Reconfigurando a noção de Formação Discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. In: **Leitura**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Faculdade de Letras. – Maceió: EDUFAL. n. 50. jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1148>> Acesso em: 30 jun. 2014.